

PODER, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA COLONIAL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Alexandre Gonçalves do Bonfim*

Caio Figueiredo Fernandes Adan (Orientador)**

RESUMO — *Este texto tem como objetivo discutir algumas questões levantadas pelo projeto de iniciação científica “PODER, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA COLONIAL: elementos para a compreensão do processo de formação territorial da Bahia (séculos XVI-XVIII)”. O estudo em questão almejou levantar dados em documentação histórica referentes às instituições jurídico-políticas da colonização portuguesa que foram implantadas no território que corresponde hoje ao estado da Bahia. Assim, pretende-se indicar, neste texto, como as estruturas políticas e administrativas do Império Português (capitanias, vilas, ouvidorias e comarcas), instauradas na Bahia durante o período dito colonial, foram um dos elementos que contribuíram para a conformação atual do território baiano.*

PALAVRAS-CHAVE: *História da Bahia, História Política e Administrativa, Formação Territorial da Bahia.*

INTRODUÇÃO

A pesquisa que suscitou as questões levantadas a seguir insere-se na área da História, no campo de estudos da História Política e Administrativa. Nas últimas décadas, a produção historiográfica brasileira relacionada a este campo passou por uma notável renovação, fruto, em grande medida, do estreitamento do diálogo com a historiografia portuguesa (SOUZA, 2006, p. 27-78). Nesse contexto de renovação, os estudos sobre política

* Universidade Estadual de Feira de Santana.

** Universidade Estadual de Feira de Santana.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Tel./Fax (75) 3161-8265 - BR 116 – KM 03, Cam pus - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900.

e administração colonial deixaram de se interessar apenas pela “história dos grandes homens” para atentar às tramas e conflitos resultantes da dinâmica de funcionamento das estruturas administrativas e territoriais e dos agentes que lhe corporificavam, compreendidos em suas relações sociais, trajetórias, hierarquias e interesses (HESPANHA, 2006, p. 17-20).

O estudo teve como recorte temporal o período que vai do início do século XVI ao fim do século XVIII, durante o qual grande parte do território que hoje corresponde ao Brasil esteve sobre o domínio português, o que justifica a alcunha que lhe é dada pela historiografia de “colonial”. A opção pelo corte cronológico em tela pretendeu evidenciar a dinâmica de transplantação/recriação das estruturas políticas e administrativas do Portugal Monárquico instauradas na Bahia Colonial.

Para empreender tal tarefa, leituras sobre a dinâmica social da Bahia entre os séculos XVI e XVIII, sobre o Antigo Regime Português e sobre o conceito de território e seus significados sociais se aliaram à coleta de documentação primária relevante para a pesquisa. Foram coletadas informações sobre as instituições administrativas implantadas no território baiano no período colonial, tais como capitanias, vilas, ouvidorias e comarcas .

PLURALISMO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS E SUA INFLUÊNCIA NA CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAHIA

O geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes nos lembra que o território não é algo imutável. Sua conformação está sujeita à arbitrariedade humana e aos processos sociais que nele se espacializam (MORAES, 2000, p. 60). Sua reflexão é importante, pois permite perceber como a conformação de um território é dependente do contexto histórico em que o mesmo é ocupado, apropriado e transformado pelos sujeitos que ali habitam. O território da Bahia é um exemplo disto, na medida em que suas fronteiras se modificaram ao longo dos séculos, tendo como um dos principais impulsos para tanto o âmbito da política, mais precisamente, das decisões tomadas pela administração da Coroa Portuguesa concernentes à definição dos espaços pertencentes à Bahia e/ou submetidos à sua jurisdição

política, judiciária e/ou militar.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil até o momento da emancipação política deste último, diversas estratégias de governo e administração previstas na ordem jurídica e política lusa foram implantadas no território brasileiro, ainda que com diferentes níveis de sucesso. Tal diversidade era algo característico do Império Ultramarino Português, cujo governo fazia-se através do manejo de um leque mais ou menos diversificado de alternativas jurídico-políticas aplicadas de acordo com as conjunturas históricas e as especificidades de cada região sob sua influência. Os historiadores portugueses António Hespanha e Maria Catarina Santos afirmam que o Portugal Monárquico governou suas posses sob o signo do pluralismo administrativo (In: MATTOSO, 1998, p. 351-366).

Nos primeiros trinta anos de presença portuguesa em sua parte da América, adotou-se o sistema de feitorias, construções que tinham como objetivo armazenar e comercializar produtos extrativistas, notadamente o pau-brasil, mas que acumulavam também a função de defender a costa. Não sendo estas suficientes para evitar as incursões das outras potências europeias ao litoral brasileiro e frear a resistência indígena (SANTOS. In: BRANDÃO, 1998, p. 59-101), a Coroa portuguesa adotou o sistema de capitanias donatárias, que consistiam em parcelas de terras doadas a súditos (geralmente oriundos das camadas médias da nobreza), onde os mesmos poderiam doar sesmarias, exercer determinados poderes e ter direito a uma porcentagem da renda auferida pela Coroa com a produção dentro da área da donataria (SALDANHA, 2001, p. 339-340).

Na década de 1530 foram criadas as primeiras treze capitanias no território do Brasil. Dessas, quatro tinham a totalidade de seus territórios, ou parte deles, dentro do que hoje é o estado da Bahia: Pernambuco, doada no dia 10 de março de 1534 a Duarte Coelho; Bahia de Todos os Santos, instituída no dia 5 de abril de 1534, tendo como donatário Francisco Pereira Coutinho; Porto Seguro, doada à Pero de Campo Tourinho no dia primeiro de junho de 1534; e Ilhéus, concedida no dia 6 de julho de 1534 a Jorge de Figueiredo Corrêa.

Após 15 anos de existência do sistema de donatarias, a

Coroa tomou mais uma medida em prol de uma melhor gestão do território da América portuguesa, com a instituição de um governo geral na colônia . Destinado a assegurar a defesa militar do território e apoiar os empreendimentos colonizadores dos demais donatários, tal projeto consistiu na criação de um centro governativo na colônia, situado na Capitania Real da Bahia – assim denominada após a compra da antiga donataria à família de seu primevo donatário, Francisco Pereira Coutinho, em 1548 – aonde veio a ser fundada, em 1549, a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos. O governador, escolhido pelo rei, gozaria de certas prerrogativas, que tinham por objetivo assegurar a soberania portuguesa sobre sua possessão americana. Destacava-se, entre os privilégios do governador geral, o direito de conceder mercês, como sesmarias e graus de cavaleiro em ordens militares (COSENTINO. In: BICALHO; FERLINI, 2005, p. 137-155).

As capitanias donatárias, por sua vez, continuaram a existir, porém o governo geral teria o poder de interferir sobre sua administração. No regimento passado a Tomé de Souza em 1548, consta que o governador geral deveria visitar as donatarias, verificando o cuidado dos donatários e de seus moradores com relação à fortificação e defesa das capitanias. Nessas visitas, o governador haveria de estar acompanhado pelo provedor-mor da colônia, principal agente da administração fazendária no Brasil, diretamente vinculada ao governo geral. Nas diligências junto com o governador geral às donatarias, a ele caberia fiscalizar a arrecadação das rendas e dos direitos régios (SILVA; AMARAL, 1919, p. 263-274). Outro aspecto da administração das capitanias modificado com o advento do governo geral era o judiciário, com a introdução, também a partir de 1549, da figura do ouvidor-mor.

Assim, governo geral e capitanias hereditárias não consistiam em formas institucionais opostas, ou excludentes. Exemplo disso é que o regimento de Tomé de Souza prescrevia ser uma das atribuições fundamentais do governador, justamente, o apoio às capitanias hereditárias (SILVA; AMARAL, 1919, p. 263-274). Ao longo da segunda metade do século XVI, mais três capitanias foram criadas, todas elas por desmembramento de porções do

território original da capitania da Bahia de Todos os Santos. Foram elas: Itaparica e Tamarandiva, doada à Dom António de Ataíde, o Conde de Castanheira, em 1556; Paraguaçu, doada à Dom Álvaro da Costa, filho do segundo governador geral da colônia, Dom Duarte da Costa, em 1565; e Sergipe Del Rei, instituída em 1590, como capitania régia subordinada à Bahia, sendo seu primeiro capitão-mor, nomeado pelo rei Felipe IV, Cristóvão de Barros (FREIRE, 1998, p. 275-280). A criação dessas capitanias, já no contexto da existência de um governo geral na colônia, bem como de outras, ao longo dos séculos XVII e XVIII, indica que a instituição seguiu sendo uma alternativa considerada válida e oportuna pela Coroa no que tangia à administração da América Portuguesa.

No âmbito das capitanias donatárias, poder-se-iam criar vilas, geridas pelas câmaras, órgão concelhio composto por vereadores eleitos pela população com o intuito de administrar seu designado termo e zelar pelo bem comum de seus moradores, sempre com atenção aos desígnios e interesses da Coroa. Nas capitanias reais, podiam-se ainda mandar fundar cidades. Havia ainda as freguesias, unidades territoriais eclesiásticas que consistiam no domínio jurisdicional de um pároco. Durante o período colonial, foram criadas 42 vilas no território atualmente correspondente ao estado da Bahia, e apenas uma cidade: São Salvador de Bahia de Todos os Santos, fundada em 1549. Dessas, 22 foram criadas na capitania da Bahia, 9 na capitania de Porto Seguro, 10 na donataria de Ilhéus, e 2 na região oeste da Bahia, então sob domínio da capitania de Pernambuco (cf. SEI, 2001). As freguesias criadas no território da Bahia ao longo do período colonial (até o ano de 1823) somaram ao todo 112, sendo 97 delas vinculadas ao Arcebispado da Bahia, 69 na capitania Real da Bahia, 13 em Ilhéus, 12 em Sergipe e 3 em Itaparica. Completam o quadro 8 freguesias criadas na capitania de Porto Seguro, àquela altura sufragânea do Bispado do Rio de Janeiro, além de outras 7 no Além São-Francisco, dependentes do Bispado de Olinda (cf. COSTA E SILVA, 2000).

Outra instituição governativa implementada no Brasil colonial foram as Ouvidorias. Consistiam em unidades de administração jurisdicional existentes ao nível das capitanias, reais ou donatárias, destinadas a assegurar a administração de Justiça

nas diversas partes do território colonial. Nelas se instalavam os ouvidores, magistrados letrados (no caso das capitânias reais) ou eventualmente leigos (em se tratando de capitânias donatárias), que faziam a função de corregedores, com alçadas no cível e no crime, sendo responsáveis pela manutenção da ordem e da justiça. Após a criação da Ouvidoria Geral da colônia em Salvador, em 1549, posteriormente convertida em Tribunal da Relação, apenas em 1696 foi desmembrada, com a criação da Ouvidoria de Sergipe. Abrangia todo o território daquela capitania, além da porção setentrional do território baiano, permanecendo, contudo, subordinada à Relação baiana. Em 1742, foi a vez da Ouvidoria de Jacobina, com sede na vila de mesmo nome, e gozando de dilatada jurisdição sobre o sertão baiano.

Na segunda metade do século XVIII, no contexto das reformas executadas durante o Gabinete Pombalino, destinadas a assegurar maior centralidade decisória e controle ao governo metropolitano, foi então abolido o sistema de capitânias hereditárias. Extintas as donatárias de Porto Seguro, Ilhéus, Itaparica e Tamarandiva e Paraguaçu, seus territórios foram incorporados à Capitania Real da Bahia. Em Ilhéus e Porto Seguro, de mais dilatada extensão territorial, foram criadas novas Ouvidorias, recortando-se seus territórios sob a forma de comarcas, unidades de jurisdição de



seus ouvidores/corregedores. Unidas às anteriores comarcas da Bahia, de Jacobina e de Sergipe Del Rey, completaram o quadro da administração judiciária e territorial na Bahia colonial (ADAN, 2009, p. 62).

O pluralismo administrativo português é atestado não só pela coexistência (no tempo) de várias modalidades de gover-

no e gestão territorial ao longo do Império do Ultramar, como também pela sua superposição (no espaço). Tal superposição, frequentemente reputada à falta de planejamento e organização da administração colonial portuguesa, tem sido melhor percebida nas últimas décadas como uma estratégia deliberada da Coroa portuguesa, destinada a reforçar o controle sobre os diversos agentes da administração colonial, nas suas múltiplas hierarquias e escalas de atuação. Dessa superposição resultou uma série de conflitos de jurisdição entre esses agentes, conflitos que também contribuíram para a mutabilidade do território baiano ao longo do período colonial, marcado não apenas por aquisições territoriais, mas também por perdas.

É o caso dos conflitos envolvendo as capitanias da Pernambuco e da Bahia. Sua origem remonta ao termo de doação das mesmas, que situava seu limite numa linha imaginária perpendicular a Tordesilhas, situada sobre a foz do rio São Francisco. A marcha da ocupação, entretanto, tendeu a fixar tal divisa no muito mais natural e facilmente determinável leito do rio, cuja trajetória circunscreve, desde sua foz, um arco, ascendente até a altura da cidade de Cabrobó, no sertão pernambucano, e logo francamente descente, na direção de sua nascente, em Minas Gerais, fazendo com que, desde muito cedo, assumisse-se como território baiano toda sua margem direita.

Ainda mais complexa é a trajetória de sua margem esquerda, notadamente no que respeita à região noroeste e oeste do atual estado da Bahia. Tendo estado ao longo dos primeiros séculos da colonização sobre influência concorrente de agentes econômicos, administrativos e religiosos baianos e pernambucanos, a jurisdição sobre este território foi objeto de inúmeros conflitos e modificações. Reconhecida desde 1752 como jurisdição da comarca de Jacobina, pertencente à capitania da Bahia, foi revertida em 1810 a Pernambuco, adjudicada que fora à recém-criada comarca do Sertão, e logo em 1820 desmembrada desta, através da criação da comarca do São Francisco. Finalmente, em 1827, já no contexto do Império do Brasil, veio a ser incorporada a dita comarca à então província da Bahia, sob cuja jurisdição permanece até hoje (MARTINS, 2011; SEI, 2001, p. 45-46).

A lógica da cumulação de jurisdições, amparada no princípio maior do interesse régio, fez ainda com que a jurisdição baiana tendesse a se dilatar para o sul, na direção de territórios posteriormente adjudicados à capitania de Minas Gerais. Tal é o caso daqueles correspondentes à comarca de Serro Frio, criada em 1720 como parte da então capitania de São Paulo e Minas do Ouro, e das terras situadas no entorno da Vila das Minas Novas do Fanado, objeto de litígio entre os ouvidores de Jacobina e de Serro Frio por causa dos diamantes ali encontrados . Em 1760 foi afinal criada a nova comarca das Minas Novas, subordinada à capitania de Minas Gerais, diminuindo assim o extenso território sobre o qual a capitania da Bahia exercia jurisdição.

Tais conflitos, contudo, não ocorreram apenas entre distintas capitanias, senão também entre poderes de níveis hierárquicos distintos, como no caso da contenda envolvendo a Câmara de Salvador e Dom Antônio de Ataíde, o Conde de Castanheira, sesmeiro e logo donatário das ilhas de Itaparica e Tamarandiva (hoje Matarandiba), que teve seu domínio sobre as ilhas contestado pela câmara da cidade . Não se tem maiores informações acerca do episódio, mas pode-se sugerir que a motivação da disputa estivesse relacionada aos interesses da Câmara de Salvador sobre as ilhas que foram doadas em forma de sesmaria ao Conde. Percebe-se, assim, que a Bahia colonial constitui-se enquanto um território plural, onde coexistiram diversos poderes que achavam nas estruturas jurídico-administrativas canais para realização de seus objetivos .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Política e Administrativa foi desprezada por muitos historiadores após a revolução paradigmática que a Escola dos Annales provocou na historiografia. Muitos autores vinculados a esta tradição tenderam a taxar esse campo da História de conservador e positivista, por acharem que este não poderia trazer contribuições para a análise dos processos sócio-históricos. Acontece que essas novas abordagens demonstram que as estruturas administrativas não estão condenadas a serem meras fontes de informação para engrandecer nomes em prol

de uma história tradicional e conservadora, senão que podem, sim, servir como proveitoso ponto de partida para pesquisas que questionam como se dava a administração dos territórios ao longo dos séculos, e os conflitos e interesses nela envolvidos, algo de extrema importância para o entendimento da formação social e territorial.

O território baiano, recorte espacial da pesquisa, é um grande exemplo de como o território não é algo imutável, já que nem sempre ele foi aquilo que é representado, no presente, pelo seu mapa. O território é ainda objeto das diversas tramas políticas e contextos sociais e econômicos que influem sobremaneira na sua dinâmica, e a Bahia é um grande exemplo disso, pois, se compararmos o tamanho original da Capitania Real da Bahia (antiga capitania da Baía de Todos os Santos) com o tamanho da capitania que resultou da anexação dos territórios das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus e, já no século XIX, da comarca do São Francisco, vemos uma ampliação significativa do território, motivada por interesses políticos, logicamente, mas também sociais e econômicos. Dessa maneira, também se conclui pela necessidade de se estudar o período colonial, período esse de menor interesse para os estudantes de História, que preferem o período imperial ou republicano, mas que é de importância fundamental para a compreensão da História da Bahia e do Brasil.

POWER, POLITICS AND ADMINISTRATION IN COLONIAL BAHIA: ELEMENTS TO UNDERSTAND THE PROCESS OF BAHIA TERRITORIAL FORMATION (16TH-18TH CENTURIES)

ABSTRACT — *This paper aims to discuss some issues raised by the research project “PODER, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA COLONIAL: elementos para a compreensão do processo de formação territorial da Bahia (séculos XVI-XVIII)”. The study collected on historical sources information concerning to the legal-political institutions developed by Portuguese colonialism in what is now the state of Bahia. Thus, it intent to indicate how the political and administrative structures of the Portuguese Seaborne Empire (capitanias, vilas, ouvidorias e comarcas) instituted in Bahia during the co-*

lonial period became one of the elements that have contributed to the current conformation of the state of Bahia.

KEYWORDS: *Bahia's History, Political and Administrative History, Bahia's Territorial History.*

REFERÊNCIAS

Fontes documentais manuscritas:

Arquivo Público da Bahia (APEB)

CARTA DE SESMARIAS da Ilha de Itaparica do período de mil quinhentos e cinquenta e dois. APEB. Fundo Colonial e Provincial, maço 599. [1552].

CARTA do rei de Portugal ao governo interino do Estado no Brasil, sobre a criação, na capitania de Ilhéus, de uma Ouvidoria e a nomeação do bacharel Miguel de Ares Lobo de Carvalho para criá-la. APEB. Série Ordens Régias. Volume 65, documento 82 [1763];

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

CARTA do intendente geral do ouro Sebastião Francisco Manuel ao rei [D. José] informando está resolvido o problema entre os ouvidores das comarcas de Jacobina e Serro Frio. AHU-Bahia. Documento 10759. [1759].

Fontes documentais (catálogos e fontes impressas):

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. XIII. Série XI. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1929.

Documentos manuscritos "avulsos" da capitania da Bahia: 1604 - 1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009, 2v.

Regimento que levou Thomé de Souza, governador do Brasil. In: SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e; AMARAL, Braz (coment.). Memórias Históricas e políticas da Bahia. Vol.1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p.263-275.

SOUSA, Gabriel Soares. VARNHAGEN, Francisco (org.). Tratado Descritivo do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1851.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAN, Caio. Colonial comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763 -1808). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2009.

ABREU, Maurício de A. A apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto L. GOMES, Paulo César (org.) Explorações Geográficas, Bertrand Brasil, RJ, 1997, p.197-245.

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: FERLINI, V. A.; BICALHO, M. F. Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI – XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

FREIRE, Felisbello. História Territorial do Brasil, v. 1 (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998 (edição fac-similar).

HESPANHA, António; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal, v.4. (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns en-
viesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO,
João Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos
Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O Direito dos Letrados no Império Português. Florianópolis:
Editora Boiteux: 2006.

MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da
comarca do rio de São Francisco. Clio – Revista de pesquisa histórica,
28, 2, Recife, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. 1ª.
ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: pri-

meiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

RUY, Affonso. História da Câmara da cidade de Salvador. Salvador: Câmara Municipal, 1949.

SALDANHA, António Vasconcelos. As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SCHURMANN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. In: Textos de história, vol. 7, n° 1/2. Brasília, 1999.

SEI/BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

SILVA, Cândido da Costa e. Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Edufba, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.